**EXTERMÍNIO INDIGENA NO BRASIL**

Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Brasil, a política seguida pelo governo de Bolsonaro é contrária na sua totalidade à expressão livre dos indígenas do Brasil, dos seus direitos territoriais e a sua forma de viver, tratados como “coisas perigosas”, os diferentes povos constituintes do Brasil, são atacados e violentamente estropiados. As ações realizadas pelos bolsonaristas são devidamente organizadas e visam a aniquilação das diferentes culturas do território brasileiro. A partir de uma política de genocídio devidamente calculada, são tratados como “resíduos” de um passado que urge extirpar. O discurso produzido é conclusivo da pretensão de excluir os índios brasileiros e as suas culturas, começando pela ocupação das suas terras de forma terrorista, forçando-os a uma integração forçada em culturas capitalistas e de mercado, numa sociedade colonialista que parecem os primeiros anos das tentativas de amarfanhamento dos povos pelas culturas ditas ocidentais.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) que deveria defender e proteger as várias culturas indígenas, tem vindo a partir de 2019 a exterminar os índios, transformando-os numa força produtiva explorada neocapitalista. As lutas levadas a efeito pelos índios são consideradas “crimes”, as suas terras são ocupadas e as agressões contra os costumes índios de proteção das suas terras são agredidos, emergindo um desrespeito contra a harmonia entre os povos e a criação que os rodeia. As medidas adotadas pela Funai restringem a demarcação das terras, excluem a proteção das mesmas e deixam que o capitalismo na sua versão mais feroz explore e “mate” as legitimas aspirações dos indígenas que pretendem somente viver em paz e justiça, com os seus costumes e tradições, deixando ao critério colonialista e capitalista muitas das regiões como a Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, que foram abandonadas para as garras impiedosas dos invasores. Os próprios textos constitucionais são abandonados e a barbárie regressa às terras dos povos tão martirizados por séculos de colonialismo e, agora, do capitalismo não sua forma mais arrogante e mortífera.

Com o beneplácito das autoridades governamentais autorizou-se as paralisações das demarcações dos territórios indígenas e abriram-se as portas a invasores que requereram o título de propriedade em terras indígenas, a fim de exercerem a exploração dos solos, dos minérios, dos recursos hídricos e madeireiros. A própria Funai abandonando a sua principal missão de defesa dos povos deu todas as possibilidades para os invasores se instalarem, logo que estes manifestem o desejo de explorar a economia que os bens dos indígenas possuem; esta é uma medida administrativa de Bolsonaro, através da Instrução Normativa n.º 09, publicada em 2020, e que legitima os requerimentos dos títulos de propriedade. Esta medida contraria frontalmente os direitos consagrados na constituição, constituindo um crime governamental.

“A Funai esperava jogar uma espécie de “pá de cal” sobre os direitos indígenas: a partir dessas medidas, se aniquilaria com os preceitos constitucionais à terra e ao seu usufruto exclusivo, com as diferenças étnicas e culturais e com as garantias de que os povos indígenas se constituem em sujeitos de direitos.” -refere um documento do Cimi.

Nos últimos anos para além da pandemia COVID -19, que contaminou milhares de pessoas, com danos irreversíveis, um inimigo muito maior é o governo de Bolsonaro e as estruturas por ele impostas aos legítimos proprietários dos terrenos. Com comandos militares associados, ex-polícias e, até, pastores de novas igrejas neopentocalistas, esmagam as tradições, costumes e crenças ancestrais, violando os direitos dos povos a viverem em liberdade.

Os cristãos devem mais uma vez serem profetas, e tal como Moisés estarem ao lado destes povos, para em nome de Jesus, não se façam ignominias como as que se passam no Brasil.

Joaquim Armindo

Pós – Doutorando em Teologia

Doutor em Ecologia e Saúde Ambiental

Diácono – Porto - Portugal